

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.430.556 - PE
(2018/0226767-7)**

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : UNIÃO
AGRAVADO : FRANCISCO FERNANDO RAMOS DE CARVALHO
AGRAVADO : VALMAR CORRÊA DE ANDRADE
ADVOGADO : CHRISTIANA LEMOS TURZA FERREIRA E OUTRO(S) -
PE025183

DECISÃO

Inicialmente, cumpre esclarecer que o presente recurso submete-se à regra prevista no Enunciado Administrativo nº 3/STJ, *in verbis*: "*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC*".

Trata-se de agravo interno (fls. 618/622) apresentado contra decisão monocrática do Ministro Presidente/STJ da qual se extrai:

"Mediante análise dos autos, verifica-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial, considerando: não cabimento de REsp alegando violação a norma constitucional.

Entretanto, a parte agravante deixou de impugnar especificamente o referido fundamento.

Como é cediço, não se conhece do agravo em recurso especial que não tenha impugnado especificamente todos os fundamentos da decisão recorrida."

A agravante sustenta, em suma, que: a) o agravo em recurso especial interposto "trouxe, em suas razões, que não impugnou norma constitucional no recurso especial, mas sim indicou ofensa ao art. 1º-F da Lei 9.494/97 (redação pela Lei 11.960/2009" (fl. 620); e b) "há em processamento no STJ recursos repetitivos acerca da mesma questão jurídica, a saber: REsp 1.495.446/RS, REsp 1.492.221/PR e REsp 1.495.144/RS (Tema 905/STJ)" (fl. 621).

Requer a reconsideração da decisão agravada ou a apreciação colegiada da controvérsia.

É o relatório. Passo a decidir.

O Tribunal de origem inadmitiu o recurso especial alegando que a matéria seria de natureza constitucional, pois analisada pelo Supremo Tribunal Federal no RE 870.947/SE (Tema 810), nos seguintes termos (fl. 561):

"Em relação ao Recurso Especial, observa-se que tem por objeto a mesma matéria cujo mérito fora enfrentado pelo STF no citado Tema 810 de Repercussão Geral. Entretanto, na sistemática traçada pela Constituição Federal e pelo Código de Processo Civil, "não compete ao Superior Tribunal de Justiça, em sede de recurso especial, analisar eventual contrariedade a preceito contido na CF/88, nem tampouco uniformizar a interpretação de matéria constitucional" (AgInt no REsp 1681115/RS, Rel. Ministro Mauro

Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 10/10/2017, DJe 17/10/2017)."

De sua parte, nas razões do agravo em recurso especial, a agravante sustenta que se trata de ofensa a legislação federal, sendo equivocada a inadmissibilidade do recurso especial.

Nota-se, pois, que houve efetiva impugnação à decisão de inadmissibilidade, devendo o agravo em recurso especial ser conhecido.

Nas razões do recurso especial, interposto com base no art. 105, III, *a*, da CF/88, a recorrente alega, dentre outras teses, ofensa ao art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/2009, sustentando que deveria ser aplicada a TR para fins de correção monetária do débito da Fazenda Pública.

Com efeito, a matéria relativa ao art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com redação dada pela Lei nº 11.960/2009, foi apreciada por esta Corte Superior no REsp 1.495.146/MG, sob o rito dos recursos repetitivos (Tema 905).

Contudo, considerando que a matéria também está sendo apreciada pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito do RE 870.947/SE, em sede de repercussão geral (Tema 810), e que o relator do feito, Ministro Luiz Fux, atribuiu efeito suspensivo aos embargos de declaração opostos para a modulação dos efeitos do julgado (conforme decisão publicada em 26/09/2018), mostra-se imperiosa a devolução dos autos ao Tribunal de origem, nos termos do art. 1.030, III, do CPC/2015.

Diante do exposto, reconsidero a decisão agravada para conhecer do agravo em recurso especial e, com fundamento no art. 1.030, III, do CPC/2015, determinar a devolução dos autos ao Tribunal de origem para que o recurso especial fique sobrestado aguardando o julgamento do Tema 810 pelo Supremo Tribunal Federal, especificamente o julgamento dos embargos de declaração opostos para a modulação dos efeitos do julgado, e, após, sejam adotadas as providências previstas no art. 1.040 do mesmo diploma processual civil.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator